

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.041 - SC (2011/0107463-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**OUTRO NOME** : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO EDUARDO FISHER E OUTRO(S) - RJ017119  
JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985  
GIOVANA MICHELIN LETTI E OUTRO(S) - SC021422A  
FABIOLA RITZMANN DE OLIVEIRA SANTIAGO - SC021383  
BRUNA KARLA SCHMITT - SC024552  
**RECORRIDO** : VALTER SALDANHA GONCALVES  
**RECORRIDO** : DORLI WERNER SALDANHA GONCALVES  
**ADVOGADOS** : LUCIANO DUARTE PERES - SC013412  
RODRIGO DUARTE DA SILVA - SC011079

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL - PREVI - contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC).

Cuidam os autos, na origem, de ação de revisão contratual proposta por VALTER SALDANHA GONÇALVES e DORLI WERNER SALDANHA GONÇALVES contra PREVI.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 383/392).

Diante disso, PREVI interpôs apelação, a qual foi em parte provida pelo il. Relator, conforme decisão monocrática de fls. 497/592.

Assim, PREVI manejou agravo regimental, que foi desprovido pelo eg. TJ-SC, nos termos do v. acórdão assim ementado (fl. 551):

*"AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL - ART. 557, & lo, DO CPC - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - MATÉRIA JÁ APRECIADA E CONCEDIDA NA DECISÃO MONOCRÁTICA - CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - NÃO - CONHECIMENTO - APLICABILIDADE DO CDC AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL - LEGITIMIDADE - TABELA PRICE - INVIABILIDADE DE EMPREGO COMO SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - INADMISSIBILIDADE - ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR POR INTERMÉDIO DE ÍNDICES EXPRESSOS A SEREM ESCOLHIDOS PELO*

*MUTUANTE - CLÁUSULA POSTESTATIVA - IMPOSSIBILIDADE - PARCELAS DEBITADAS EM CONTA - AUSÊNCIA DE CONHECIMENTO DO QUANTUM DEBEATUR - INVIABILIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO E/OU COMPENSAÇÃO NA FORMA SIMPLES - PROCEDIMENTOS CABÍVEIS - DESPROVIMENTO."*

Inconformada, PREVI manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do arts. 273, inciso I, § 2º, 458, 459, 460, 535, incisos I e II, do CPC/73; art. 60, §1º da LICC; art. 82 do CC/1916 (atual art. 104 do CC/2002); arts. 122, 113, 422, 876, 877, 884 e 885 do CC/022; arts. 1º, 4º, alíneas "a" e "b", e § 1º, 34, 36, e 40 da Lei n' 6.435/77; do art. 40, caput e § 1º do Decreto nº 81.240/78; arts. 2º e 3º, § 2º, da Lei 8078/90; e dos arts. 1º, 7º, 9º, 18, §§ 2º e 3º, 19, 31, § 1º, da LC n.º 109/01; LC n.º 108/2001.

Contrarrazões às fls. 841/860.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente a violação arts. 1º, 4º, alíneas "a" e "b", e § 1º, 34, 36, e 40 da Lei n' 6.435, de 15/07/1977, ao argumento de que inexistira capitalização de juros na Tabela *Price*.

O eg. TJ-SC, por sua vez, conclui que o uso da Tabela *Price*, por si só, implica em anatocismo. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual:

*"Deve-se declarar, assim, a ilegalidade da Tabela Price nos mútuos habitacionais firmados nos mútuos habitacionais. Embora existam alguns estudos matemáticos e financeiros que visam justamente ao contrário, outra solução não há senão a de reconhecer a ocorrência de anatocismo embutido no referido método de amortização, o que é vedado por lei, à exceção da capitalização mensal nas cédulas e nas notas de crédito (Súmula ni. 93 do STJ), e a de ano em ano em outros contratos bancários, consoante prescreve o art. 40 da Lei de Usura (Decreto n. 22.626, de 07.04.1933), conforme pacificado na Súmula n. 121 do STIF (que não cede ao teor da Súmula ni. 596, da mesma Corte, a qual alude apenas ao patamar dos juros, inscrito no artigo do diploma mencionado).*

*O STJ e o TJSC, por fim, já assentaram o entendimento segundo o qual é impossível a incidência da capitalização de juros, em qualquer periodicidade, nos contratos firmados para financiamento habitacional (STJ, AgRg no Ag n. 543.887/PR, Rel.a Min.a Nancy Andrighi, DJU de 07.06.2004; e TJSC, Ap. Civ. n.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2005.013651-3, de Blumenau, Rel.a Des.a Salete Silva Somrmariva, DJ de 19.07.2005)". (fl. 554)

De fato, o recurso merece provimento. Isso porque, consoante orientação firmada neste Sodalício pelo rito do art. 543-C do CPC/73, "A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ" (REsp 1.124.552/RS, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**, Corte Especial, julgado em 03/12/2014, DJe de 02/02/2015).

Ademais, nesse mesmo julgado, concluiu-se que, para se aferir o anatocismo no cálculo da Tabela Price, há necessidade de prova pericial, não se enquadrando, portanto, como matéria de direito. Para melhor demonstrar essa conclusão, segue a ementa do referido aresto:

**"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANÁLISE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. APURAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVA PERICIAL.**

**1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.**

**1.2. É exatamente por isso que, em contratos cuja capitalização de juros seja vedada, é necessária a interpretação de cláusulas contratuais e a produção de prova técnica para aferir a existência da cobrança de juros não lineares, incompatíveis, portanto, com financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação antes da vigência da Lei n. 11.977/2009, que acrescentou o art. 15-A à Lei n. 4.380/1964.**

**1.3. Em se verificando que matérias de fato ou eminentemente técnicas foram tratadas como exclusivamente de direito, reconhece-se o cerceamento, para que seja realizada a prova**

***pericial.***

*2. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido para anular a sentença e o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa, prejudicados os demais pontos trazidos no recurso.*

(REsp 1124552/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/12/2014, DJe 02/02/2015, g.n.)

Assim, da leitura minudente do v. acórdão estadual, verifica-se que essa questão, relativa ao anatocismo, foi tratada como matéria de direito, o que viola o entendimento supracitado. Assim, o recurso especial deve ser provido para anular o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa.

Diante do acolhimento do recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, resta prejudicada a análise das demais matérias invocadas.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, nos termos da fundamentação *supra*, anular o acórdão de fls. 551/556 **apenas em relação à Tabela *Price*** e determinar a realização de prova técnica para averiguar se há concreta e efetiva incidência de juros compostos ou amortização negativa.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator